



MP com créditos para estatais tranca a pauta do Plenário

Medida provisória editada pelo então presidente Lula distribuiu mais de R\$ 26 bilhões em créditos extraordinários para empresas e órgãos do governo federal. Oposição recorreu ao STF para declarar inconstitucionalidade



Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia: R\$ 22,3 bilhões dos recursos são destinados para estatais do setor energético

Agência Petróbás

O Plenário do Senado inicia mais uma semana com a pauta de votações trançada por uma medida provisória. A maior parte dos R\$ 26,6 bilhões em créditos extraordinários distribuídos pela MP 515/10 destina-se a empre-

sas estatais do setor energético. Se não for votada até 1º de junho, teoricamente perderá a validade, mas os recursos já foram utilizados. A oposição entrou no STF com ação, alegando que MPs que liberam créditos são inconstitucionais. 3

Brasil pode liderar transição para economia verde, diz Rollemberg

Senador coordenou debate promovido sexta-feira pela Comissão de Agricultura e

Reforma Agrária (CRA) na feira agropecuária do Distrito Federal (Agrobrasília 2011). 3



Rodrigo Rollemberg (2º à esq.) preside reunião na Agrobrasília: mais investimentos em inovação



Gerardo Magela/Senado Federal

Paim (3º à dir.) preside audiência da CDH sobre projeto de sua iniciativa que cria Estatuto do Motorista

Representantes de transportadoras e de motoristas debatem estatuto

Impacto do Estatuto do Motorista sobre profissionais e empresas no Mercosul, longas filas

em aduanas e aposentadoria aos 25 anos de serviços são discutidos em audiência na CDH. 4

Medida provisória destinou R\$ 26,6 bilhões, em especial para estatais na área de infraestrutura, e é objeto de ação do PSDB no Supremo

Crédito para Executivo e estatais tranca pauta

A MEDIDA PROVISÓRIA 515/10, que concedeu crédito extraordinário de R\$ 26,6 bilhões a 20 ministérios, órgãos do Executivo, empresas estatais e Poder Judiciário, continua trancando a pauta do Plenário, tendo, portanto, prioridade de votação. Primeiro item da pauta da sessão deliberativa de amanhã, a MP deverá ser votada pelo Senado até o dia 1º de junho, quando perderá a validade.

Na quinta-feira, o PSDB obstruiu a votação da medida e ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), por considerar que a edição de MPs de liberação de créditos fere a Constituição.

A maior parte dos créditos – R\$ 22,3 bilhões – foi destinada a investimentos de empresas estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia (como a Petrobras), para serem aplicados em 36 órgãos e empresas do setor. Além disso, R\$ 1 bilhão foi destinado a estatais de outros setores. A MP foi relatada pelo deputado Fabio Trad (PMDB-MS), que recomendou a aprovação do texto do Executivo. No Senado, o relator é Jorge Viana (PT-AC).

Parte dos recursos destinados ao Ministério de Minas e Energia – R\$ 17 bilhões – será empregada no setor de combustíveis minerais, sendo R\$ 12,5 bilhões para a Petrobras aplicar em programas de oferta de petróleo, gás e refinarias e mais R\$ 2 bilhões em geração de energia, além de outros setores.

O dinheiro destinado à petrolífera vem, no entanto, de cancelamentos da empresa (R\$ 7,1 bilhões) e de recursos próprios (R\$ 5,38 bilhões). Os projetos que receberam mais receitas são os destinados à extração de petróleo na bacia de Campos (RJ) e à modernização de refinarias. A Petrobras Netherlands

CDH debate hoje o Mapa da Violência

Para debater o Mapa da Violência 2011, as soluções e os desafios a serem enfrentados no combate à criminalidade no Brasil, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje, a partir das 9h, audiência pública com a participação de diversos especialistas.

Realizado pelo Instituto Sangari em parceria com o Ministério da Justiça, o Mapa da Violência 2011 deu continuidade à série de levantamentos que há uma década mostram o número de homicídios em cada município do Brasil. A edição deste ano tem base nos números levantados em 2008, quando 50.113 pessoas foram assassinadas no país.

Remanejamento

MP destina mais recursos para estatais de oito ministérios (em R\$)

Administração direta	3.320.667.197
Estatais	
• Minas e Energia	22.315.698.766
• Defesa	330.169.997
• Comunicações	316.493.454
• Fazenda	208.075.986
• Previdência Social	86.749.797
• Secretaria de Portos	86.725.857
• Agricultura	6.496.639
• Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2.186.503
TOTAL	26.673.264.196

ficou com outros R\$ 4 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões para a compra de unidades flutuantes de armazenamento de transferência de petróleo para os campos de Barracuda e Caratinga, no Sudeste. A Braspetro contou com R\$ 1,5 bilhão para adequar a infraestrutura de produção no exterior.

Entre outras empresas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia que receberam recursos, destacam-se Eletrobras (R\$ 64 milhões); Eletrosul (R\$ 272,1 milhões); Furnas Centrais Elétricas (R\$ 532,9 milhões); e Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf (R\$ 80 milhões).

A Telebrás ficou com R\$ 300 milhões devido ao aumento do capital da União na empresa, com o objetivo de implantar a infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga, cujo término está previsto para dezembro de 2014. Os demais R\$ 3,3 bilhões foram destinados a outros ministérios, como Saúde e Defesa.

Mercosul é tema de audiência às 18h

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realiza hoje, às 18h, o sexto painel do ciclo de debates sobre os rumos da política externa brasileira em 2011 e 2012. Dessa vez, serão discutidos os 20 anos do Tratado de Assunção (criação do Mercosul), o cenário no entorno da América do Sul, a rodovia interoceânica e a relação comercial com Peru e Bolívia, países associados ao Mercosul.

Foram convidados o embaixador Rubens Barbosa, o empresário Roberto Teixeira da Costa, a consultora legislativa Maria Cláudia Drummond, José Tavares de Araujo Jr., do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, e o professor José Flávio Saraiva, da UnB.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Justiça do Trabalho

11h Os senadores comemoram os 70 anos de instalação da Justiça do Trabalho. Às 14h, reúnem-se em sessão não deliberativa, sem votação de matérias.

CDH Mapa da Violência

9h Em audiência pública sobre o Mapa da Violência 2011, soluções e desafios, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ouve, entre outros, Julio Jacobo Waiselfisz, diretor de Pesquisa do Instituto Sangari, que realizou o estudo sobre a criminalidade no país.

Senado Ciclo de palestras

9h A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, abre o terceiro evento do ciclo de debates *Conhecendo o Senado*. Representantes do Prodasen, da Secretaria de Arquivo e da Secretaria de Anais participam do evento.

CRE 20 anos do Mercosul

18h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realiza, em seu sexto painel de debates, um balanço dos 20 anos do Mercosul. Foram convidados o embaixador Rubens Barbosa e o empresário Roberto Teixeira da Costa.

Terça-feira

Fronteira Segurança nacional

9h Fronteiras e segurança nacional são tema de audiência pública da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à CRE. Convidado o oficial de Inteligência da Abin, Glauco Costa de Moraes, entre outros.

Previdência Políticas de emprego

9h Audiência pública da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social para discutir políticas de emprego para os trabalhadores experientes.

CRE/CAE/CCJ Fuso do Acre

9h30 Reunião conjunta das comissões de Relações Exteriores, Assuntos Econômicos e Constituição e Justiça para discutir o restabelecimento do fuso horário do Acre.

CAE Aviso prévio

10h Projeto que isenta de contribuição previdenciária o aviso prévio, entre outros itens, consta da pauta de votações da Comissão de Assuntos Econômicos.

CE Consumo sustentável

11h A Comissão de Educação examina projeto que institui a política de educação para o consumo sustentável. Também vota requerimento pela inclusão de questões referentes à homofobia, ao gênero e aos aspectos étnico-raciais em livros didáticos aprovados pelo MEC.

CMO Líderes ouvem TCU

11h Reunião do colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento para ouvir o ministro do TCU Aroldo Cedraz.

Quarta-feira

CAS Profissão de taxista

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina, entre outras matérias, projeto que regulamenta a profissão de taxista e o que torna obrigatória a realização de exame médico pericial para suspensão de pagamento do auxílio-doença.

CCT Rumos da inovação

9h A primeira audiência pública da Jornada pela Inovação da Comissão de Ciência e Tecnologia debate o tema "Desafios da inovação no Brasil".

CDR Isenção de IPI

9h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo examina projeto que amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental isentos do IPI e reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins que incidem sobre a venda no mercado interno.

Amazônia Agenda de trabalhos

14h Reunião para programação das atividades da Subcomissão Permanente da Amazônia, que integra a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Quinta-feira

Homenagem Defensoria

14h O Plenário realiza sessão especial para comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública.

Drogas Dependência

9h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros realiza o quinto painel com especialistas em dependência química.

Saúde Emergências

14h Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Serão tratados temas sobre unidades de emergência – Samu e UPA.

Sexta-feira

CDH Violência no trânsito

10h A Comissão de Direitos Humanos realiza audiência pública para definir o plano de trabalho das diligências regionais destinadas a apurar a violência no trânsito e a situação dos motoristas profissionais. Foram convidados representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Terrestres, da Força Sindical e do Sindicato dos Trabalhadores e Motoristas do Paraná (Sintracarp).

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao – Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

* Licenciado por 121 dias, a partir de 29 de março de 2011.

Mais facilidade para apresentação de projetos de iniciativa popular

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendeu em Plenário, na sexta-feira, duas propostas de emenda constitucional de sua iniciativa que ampliam a participação da sociedade nos Poderes Legislativo e Executivo.

A primeira proposta (PEC 3/11) reduz para 0,5% dos votos válidos da última eleição para deputado federal – o que hoje equivale a 490 mil pessoas – o número de assinaturas exigidas para a apresentação de projetos

de iniciativa popular.

A outra (PEC 29/11) prevê que os administradores regionais do Distrito Federal sejam eleitos pela população, e não escolhidos pelo governador, como ocorre hoje.

Rollemberg também saudou a realização, na quinta-feira, de manifestação no Congresso Nacional que reuniu mais de 2.000 deficientes auditivos, seguida de audiência pública no Senado.



Cristovam sugere "radical redução" dos custos das campanhas eleitorais

Cristovam propõe reforma política, e não só eleitoral

As ideias de Cristovam Buarque (PDT-DF), contidas no livro *Reforma política republicana* foram o tema do discurso do senador na sexta-feira. Segundo assinalou, a diferença entre suas propostas e a de outros é que ele busca uma reforma realmente política e não apenas eleitoral.

O financiamento público de campanhas está entre os principais pontos que Cristovam defende. Para ele – que sugere o voto distrital para vereador e o misto para deputados –, deve haver "radical redução" dos custos e perda de mandato para os que não cumprirem as regras do financiamento.

Propostas da comissão devem ser priorizadas

O presidente José Sarney afirmou que deve ser dada prioridade à deliberação das propostas elaboradas e aprovadas pela Comissão de Reforma Política. Ele não descartou, contudo, o exame de outros projetos sobre o tema em tramitação na Casa.

– Vamos manter o que a comissão especial já definiu como prioridade, uma vez que essa é uma posição que o Senado como um todo concluiu – assinalou.

A afirmação foi feita ao analisar o cronograma definido pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), para exame e votação das 11 proposições apresentadas pela Comissão de Reforma Política.

– Evidentemente que os outros projetos serão anexados aos projetos que lá estão e as matérias correlatas serão analisadas – avaliou.

Em seminário realizado em feira agropecuária do DF, debatedores defendem investimentos em tecnologia como caminho para o desenvolvimento agrícola com preservação ambiental

Para Rollemberg, Brasil pode liderar nova economia verde

"O BRASIL PODE ser a grande liderança mundial na transição da economia tradicional para a economia verde, sustentável", afirmou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). O senador destacou que, graças às inovações tecnológicas, a produção agrícola brasileira cresceu 260% e ganhou mais qualidade nos últimos 30 anos, sem precisar aumentar demais a área plantada, que cresceu apenas 48% no período.

Rollemberg apresentou os dados na sexta-feira, no sétimo seminário do ciclo de palestras e debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que tratou do acesso a inovações tecnológicas e aos serviços de assistência técnica e extensão rural. A audiência, requerida e presidida por Rollemberg, aconteceu extraordinariamente no auditório da Agrobrasília 2011, feira agropecuária do Distrito

Federal. O senador defendeu mais investimentos públicos em ciência, tecnologia e inovação.

O representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Argileu Martins, sublinhou a importância de mais linhas de financiamento para que os agricultores familiares tenham acesso às inovações tecnológicas.

Lúcio Brunali, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ressaltou a importância da comunicação entre órgãos governamentais, institutos de pesquisa e produtores rurais, permitindo não apenas o uso de novas tecnologias no setor, mas a transferência de conhecimentos aos agricultores. O secretário de Agricultura do Distrito Federal, Lúcio Valadão, elogiou a criação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Para o presidente da Empresa

de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), José Guilherme Tollstadius Leal, o governo deveria instituir o pagamento de serviços ambientais, para que o produtor rural "não precise arcar sozinho com despesas que vão beneficiar toda a sociedade".

O presidente da Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (Coopa-DF), Leomar Cenci, destacou o trabalho realizado pela Embrapa com pequenos agricultores que possibilitou a criação de três tipos diferentes de trigo muito mais produtivos que os convencionais. E o representante da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), Paulo Sérgio Bretas Salles, frisou que as tecnologias do campo podem ser usadas aumentando a produção e mantendo o equilíbrio ambiental.



Paulo Salles, Leomar Cenci, Valadão, Rollemberg, Lúcio Brunale, José Guilherme e Argileu Martins em Agrobrasília 2011

Mozarildo pede fim das diferenças regionais

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo a Dilma Rousseff para que o governo federal tome providências a fim de eliminar as desigualdades regionais. A prioridade de erradicar a pobreza extrema, anunciada pela presidente em seu discurso de posse, passa necessariamente pelo equilíbrio entre as unidades da Federação, afirmou o senador. Mozarildo disse que a maior parte dos investimentos



Mozarildo: no Brasil, pobres ficam mais pobres e ricos ficam mais ricos

do governo é na região Sudeste, o que amplia as desigualdades. "Os pobres vão ficando cada vez mais pobres e os ricos, cada vez mais ricos", lamentou.

Sarney critica livro que admite erros de portugueses

O presidente do Senado, José Sarney, criticou na sexta-feira o Ministério da Educação por distribuir às escolas públicas livro didático que admite erros de portugueses. Para Sarney, a língua é instrumento fundamental para a identidade nacional e a formação do Estado.

A questão também é tema de artigo do senador publicado na



Para Sarney, dever do ministério é defender a língua portuguesa

Folha de S.Paulo, onde ele diz que o dever do ministério é defender a língua portuguesa.

Papel das rádios legislativas é debatido em seminário

O papel das rádios legislativas e sua presença na *web* foram destaque na quinta-feira, no 1º Seminário Internacional de Mídias Legislativas.

Rosângela Rabello, gerente da Rádio Assembleia MG, apresentou a estrutura da emissora, com transmissões pela internet 24 horas por dia, e do serviço de agência de notícias. Esse mantém oito repórteres-locutores, que fazem rápidas participações ao vivo por telefone dentro da programação de rádios do interior do estado, divulgando as últimas notícias do parlamento.

A agência também distribui boletins para cerca de 500 rádios de todo o Brasil e os disponibiliza na *web* para *download*.

Maria Helena Pereira, coordenadora da Rádio AL Online de Santa Catarina, destacou o futuro promissor das rádios-*web* com o aumento do número de pes-

soas com acesso à internet no Brasil. "Muitas assembleias estão interessadas em ter uma rádio e, diante das dificuldades em conseguir uma frequência, a *web* é uma ótima saída", disse.

Flávio de Mattos, diretor da Rádio Senado, também expôs o trabalho do canal no Portal de Notícias do Senado, onde disponibiliza toda a programação em arquivos de áudio e textos, que podem ser baixados gratuitamente. "Na medida em que os trabalhos dos parlamentares são mais divulgados, as pessoas passam a ter conhecimento de que o cotidiano deles não se limita às votações", afirmou.

Mattos acredita que a disponibilização na íntegra das ações dos parlamentares, de maneira apartidária e objetiva, possibilita que a população possa pressionar seus representantes contra ou a favor de um projeto, antes de ele ser votado.

Palestras sobre Prodasen, Arquivo e Anais do Senado

A estrutura e os serviços oferecidos pelas secretarias Especial de Informática (Prodasen), de Arquivo e de Anais serão apresentados hoje, no terceiro painel do ciclo *Conhecendo o Senado*, promovido pela Diretoria-Geral da Casa. Os expositores são Cláudia Nogueira, Maria do Socorro Santos, Alraune Reinke e Flávio Cunha Lima. A iniciativa visa divulgar o trabalho das diversas unidades do Senado. As informações são voltadas aos senadores que chegaram à Casa nesta legislatura, aos servidores concursados contratados nos últimos meses e para a atualização do conjunto de servidores.

No primeiro painel, realizado em 18 de abril, foi detalhado o funcionamento da Secretaria-Geral da Mesa, da Biblioteca e da Rede de Informação Legislativa e Jurídica – LexML. A atuação da Secretaria de Recursos Humanos e da Consultoria Legislativa foi apresentada no segundo painel, em 2 de maio. O ciclo *Conhecendo o Senado* prossegue até agosto.

Representantes de transportadoras e de trabalhadores participam de audiência pública na CDH para debater inovações da proposta



Luis Antônio Festino, da CNTT; senador Paulo Paim, presidente da CDH; Francisco Carlos Cardoso, da ABTI; e Luiz Alberto Mincarone, consultor do Setcegs

Estatuto do Motorista gera impacto além das fronteiras, afirma associação

O PROJETO QUE institui o Estatuto do Motorista produz efeitos que vão além das fronteiras do país, alertou o vice-presidente da Associação Brasileira dos Transportadores Internacionais (ABTI), Francisco Carlos Cardoso. Em audiência realizada na sexta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), ele observou que as inovações do texto, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), geram impacto sobre profissionais e empresas transportadoras dos países que fazem fronteira com o Brasil, especialmente os do Mercosul.

– Precisamos pensar sobre

como trataremos os profissionais e empresas estrangeiras quando seus veículos entrarem em nosso país. A questão é saber sobre qual bandeira e legislação eles devem atuar – disse Francisco Cardoso, acrescentando que os vizinhos estão preocupados, especialmente os parceiros do bloco.

José Alves Couto Filho, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), salientou que filas em aduanas e operações de embarque ou desembarque são uma adversidade na vida dos motoristas.

Couto Filho apelou para a união dos motoristas em defesa

do estatuto, pois, do contrário, salientou, a categoria “não vai chegar a lugar algum”. Ele reafirmou o apoio da entidade à estratégia de levar o projeto a debate em audiências por todo o país. Como disse, será a oportunidade de “mostrar o que os motoristas pagam” nas estradas, em longas jornadas de trabalho.

Neori Tigrão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Carga (Sinditac), afirmou que a principal reivindicação do segmento para o estatuto continua sendo a garantia da aposentadoria aos 25 anos de trabalho, extinta por reforma previdenciária.

APOIO A DOIS NOVOS AEROPORTOS GAÚCHOS

A construção de um novo aeroporto internacional no Rio Grande do Sul foi elogiada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) na sexta-feira. Sem espaço para ser ampliado, o Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, continuará funcionando paralelamente ao novo terminal.

– Um projeto como esse tem o apoio de todo o povo gaúcho – declarou, elogiando ainda a decisão do governador Tarso Genro de construir um aeroporto internacional em Caxias do Sul.

Encontros regionais definirão texto final do estatuto

Após reunião com Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto que institui o Estatuto do Motorista, diversas lideranças sindicais aceitaram a sugestão do senador de promover encontros em vários locais do país para discutir a proposta. Os debates também contarão com representantes do empresariado e do governo. O resultado final das discussões deverá constar de texto que substituirá o projeto original (PLS 271/08).

– O objetivo é que toda a sociedade discuta o estatuto, para revelar o que é consenso e o que não é, e fazer eventuais mudanças no texto – declarou o parlamentar.

A previsão é de que os encontros sejam iniciados em Curitiba, no próximo dia 27, e terminem em novembro. Além disso, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), da qual Paim é presidente, realizará em Brasília audiências públicas na primeira sexta-feira de cada mês – a partir de junho –, para avaliar os resultados dos encontros regionais.

Entre as inúmeras questões a serem discutidas, Paim citou a jornada e as condições de trabalho (há denúncias de jornadas abusivas, que resultam, em alguns casos, em acidentes de trânsito), a aposentadoria especial e o piso salarial, além dos direitos e deveres dos motoristas profissionais.

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Copa de 2014: obras em Belo Horizonte estão em dia

OS PREPARATIVOS, EM Belo Horizonte, para a Copa do Mundo de 2014 estão dentro do cronograma, disseram gestores do governo estadual e da prefeitura, em audiência na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O secretário estadual extraordinário para a Copa de 2014, Sérgio Barroso, destacou a reforma do estádio Magalhães Pinto (Mineirão), a reforma do aeroporto de Confins (MG) e a construção de corredores de tráfego.

Segundo ele, o novo Mineirão terá capacidade para 64 mil torcedores e 3 mil jornalistas. A reforma custará R\$ 665,7 milhões, dos quais R\$ 11,7 milhões caberão ao governo do estado. O restante será arcado pelo consórcio Minas Arena, que ganhou a licitação para reconstrução e gerenciamento do estádio pelos próximos 25 anos.

A reforma do terminal 1 do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, terá um custo de R\$ 295 milhões e possibilitará a ampliação da capacidade de 5 milhões para 8,5 milhões de passageiros por ano. O secretário destacou a ampliação da área de pátio para o estacionamento de aeronaves, que foi um problema na África do Sul. Disse ainda que um novo terminal deve estar parcialmente construído em maio de 2014, elevando a capacidade para 13 milhões de passageiros. O projeto executivo, informou, será elaborado pelo governo de Minas e repassado gratuitamente à Infraero.

A gerente do Comitê Executivo da Copa do Mundo da Prefeitura, Stella Kleinrath, previu investimentos de R\$ 1,43 bilhão para a construção de corredores de ônibus articulados (BRTs), dos quais R\$ 411 milhões serão gastos apenas com desapropriações.

Ela destacou também a previsão de investimentos de R\$ 1,6 bilhão no setor hoteleiro, o que deve ampliar a capacidade de hospedagem em mais de 7 mil leitos.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG), ex-governador do estado, afirmou que a sinergia entre governo e prefeitura é a maior vantagem dos mineiros, mas que há “grande omissão do governo federal”, principalmente nas obras de infraestrutura aeroportuária e de mobilidade urbana.

Clésio Andrade (PR-MG) afirmou que a presidente Dilma Rousseff tomou a frente do processo de reestruturação aeroportuária e que “Minas não vai perder o trem”. O presidente da subcomissão, Blairo Maggi (PR-MT), indagou aos palestrantes se os financiamentos prometidos pelo governo federal estavam disponíveis. Barroso respondeu que sim, mas esclareceu que há um financiamento de R\$ 400 milhões, a cargo do BNDES, de responsabilidade exclusiva do Consórcio Minas Arena. Stella Kleinrath complementou que o financiamento dos BRTs, feito pela Caixa Econômica Federal, é de responsabilidade da prefeitura e garantiu não saber de atrasos nos repasses.

A subcomissão, vinculada à Comissão de Meio Ambiente (CMA), já ouviu representantes de três cidades-sede: Curitiba, São Paulo e Natal. Apenas os gestores da capital paulista manifestaram preocupação com os prazos.

Natal garante que estará pronta para Copa

A cidade de Natal está cumprindo os prazos predeterminados e garante ter tudo pronto para a Copa de 2014, observando todas as exigências do caderno de encargos da Fifa. A afirmação foi feita na terça-feira pelo secretário estadual extraordinário para Assuntos Relativos à Copa de 2014, Demétrio Torres, durante audiência pública da Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Demétrio disse que todas as obras, incluindo o estádio Arena das Dunas, estarão prontas e entregues em dezembro de 2013.

– Estamos adiantados em relação ao cronograma firmado com a Fifa, relativamente bem melhores que várias cidades do Brasil. O tempo é bastante suficiente e o nosso cronograma é real – garantiu.

O secretário assinalou que as obras referentes à mobilidade urbana são pontuais e que a Via Costeira já está pronta. As demais obras estarão concluídas em maio de 2012.

Ele explicou que o estádio Arena das Dunas será construído em regime de parceria público-privada (PPP), em que a empresa privada é a tomadora

do empréstimo e o governo do estado é o avalista, com um fundo garantidor de R\$ 70 milhões, oriundo dos royalties do petróleo.

– A PPP clássica não permite aditar prazo nem preço. O estádio custará R\$ 400 milhões e será entregue em dia – disse.

O secretário municipal da Juventude, do Esporte e Lazer, Rodrigo Martins Cintra, disse que a prefeitura de Natal e o governo do estado têm a noção plena da dimensão desse evento e do que é preciso fazer para garantir a Copa na cidade.

Cintra contou que os recursos públicos estão sendo aplicados na melhoria da infraestrutura de Natal, para deixar uma herança positiva que vá além do gerenciamento de quatro ou cinco jogos da Copa. O estádio Arena das Dunas será multiuso e terá 42 mil lugares, mas após a Copa será reduzido para 32 mil, ficando com capacidade para abrigar de 40 a 50 eventos por ano.

Paulo Davim (PV-RN) disse que o fato de Natal ser uma cidade planejada facilitou o aspecto da mobilidade urbana. O presidente da subcomissão, Blairo Maggi (PR-MT), felicitou a capital potiguar.



Stella Kleinrath, Blairo Maggi e Sérgio Barroso em subcomissão da CMA